



Desenvolvimento Regional Endógeno: uma Análise sobre a Agricultura Familiar do Café na Região Noroeste Fluminense

Aline Terezinha Terra dos Reis Ribeiro¹

Waidson Bitão Suett²

Rodrigo Anido Lira³

Grupo de Trabalho: ST1. Reconfigurações territoriais, Escalas e Contexto

Resumo

O presente estudo teve como objetivo analisar o desenvolvimento endógeno na Região Noroeste Fluminense, especialmente na cidade de Varre-Sai, onde a principal característica é a agricultura familiar, bem como a influência da cultura cafeeira no desenvolvimento econômico e social da Região. Para tanto, foi aplicado o método exploratório-descritivo com abordagem qualitativa, utilizando-se a pesquisa bibliográfica de campo e entrevista semiestruturada. Por meio do estudo, foi possível perceber a importância dos pequenos produtores como grandes protagonistas nesse processo de desenvolvimento, e identificar os desafios do desenvolvimento endógeno, que, neste caso específico, são a insuficiência de investimentos, as questões de cunho fiscal e o acesso às políticas públicas sociais.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Desenvolvimento endógeno. Cultura cafeeira.

¹ Graduada. Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes. E-mail: a.terra@outlook.com

² Doutorando. Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes. E-mail: waidson@ucam-campos.br

³ Professor. Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes. E-mail: rodrigolira@ucam-campos.br

1 Introdução

O desenvolvimento endógeno se refere a uma teoria com as melhores ferramentas políticas para corrigir as desigualdades regionais. De acordo com ela, a sociedade é capaz de controlar e direcionar o seu próprio desenvolvimento regional, forçando-o a adaptar-se à disponibilidade dos fatores produtivos locais e ao seu potencial endógeno. O Brasil tem como característica o desequilíbrio em seu desenvolvimento, contudo, para a obtenção de uma economia mais equilibrada e níveis mais elevados de renda, é preciso criar centros regionais economicamente fortes. (ALCOFORADO, 2006, p. 197).

Portanto, entende-se que o desenvolvimento endógeno é capaz de criar esses centros e solucionar os problemas de desequilíbrio. Esse método permite a identificação dos principais fatores de produção, como os capitais humano e social, o conhecimento, a pesquisa e a informação na própria localidade, e não de forma exógena.

Diante das transformações de um mundo globalizado, um fator que permanece em evidência é a importância da permanência do homem no campo e sua contribuição para o desenvolvimento equilibrado e organizado. Compreende-se que a agricultura familiar é capaz de atuar como aliada nesse processo, pois é detentora das melhores condições para atingir o êxito neste contexto.

O presente trabalho estrutura-se em sete seções. Na seção 2, expõe-se uma definição teórica acerca do desenvolvimento endógeno. A seção 3 apresenta o conceito de agricultura familiar e as características desta agricultura em Varre-Sai. Na seção 4, mostram-se os dados sobre as condições econômicas e sociais do Noroeste Fluminense, em particular da cidade de Varre-Sai. Na seção 5, estuda-se a contribuição da agricultura do café na Região. Um estudo de caso sobre o desenvolvimento endógeno é tratado na seção 6, e, por fim, na seção 7, são apresentadas as considerações finais.

2 Desenvolvimento Regional Endógeno

Desde o princípio dos anos oitenta, tem-se ouvido falar do uso do desenvolvimento endógeno com grande entusiasmo nos mundos acadêmico e

profissional, nos quais tem acontecido uma grande difusão deste método. À vista disso, o desenvolvimento regional endógeno pode ser definido como:

(...) um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto, e da renda local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido (AMARAL FILHO, 1996, p. 37).

De acordo com Barqueiro (1988, apud SOUZA FILHO, 2001), a prática de uma comunidade comandar e coordenar o seu próprio desenvolvimento regional, proporcionando a mudança de suas condições disponíveis em seu território e a sua capacidade endógena, caracteriza a figura do desenvolvimento intitulado endógeno. Percebem-se dois enfoques do desenvolvimento regional endógeno: o primeiro, econômico, no qual a sociedade organizacional regional dispõe de seu conhecimento para coordenar, de modo a promover o aumento da capacidade produtiva da Região; o segundo é o sociocultural, em que os preceitos e as sociedades locais atuam como alicerces para o desenvolvimento da região.

Braga (2002, p. 24) explica que esse tema tem, como componente principal, a ascensão do local como protagonista no incremento econômico em uma economia globalizada, promovendo a disputa entre as microrregiões em vez de disputa entre as organizações empresarias e entre nações pela concorrência entre localidades, ao passo que o local é erguido com espaço favorável à cidadania, inclusão social e solidariedade.

3 Agricultura familiar

Ao abordar o tema agricultura familiar, é importante conhecer o seu conceito. No Brasil, essa conceituação foi formulada com a lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, com o enunciado a seguir:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;(Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.(BRASIL, 2006).

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO (2014) define a agricultura familiar como práticas agrícolas de origem familiar conectadas a diferentes esferas do desenvolvimento rural. Constitui-se por meio de arranjos das produções agrícolas e são coordenadas e realizadas por uma família e majoritariamente utiliza de mão de obra familiar, homens e mulheres sem distinção. A ênfase está na diversificação e utilização do trabalho em família, eventualmente acompanhado pelo trabalho assalariado.

A agricultura familiar executa um papel vital no desenvolvimento social e no crescimento igualitário no País. Os numerosos pequenos agricultores que participam da agricultura familiar promovem um campo em vasta expansão e de grande importância para o Brasil.

A cada ano, a agricultura familiar é responsável por grandes quantias de reais transitando no País, sendo ela a responsável pela produção da maior parte dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. Além de colaborar com a geração de emprego e distribuição da renda, bem como a redução do êxodo rural. (DAMASCENO; KHAN; LIMA, 2011.)

3.1 Agricultura familiar em Varre-Sai

A agricultura familiar é responsável por 70% da produção dos alimentos consumidos no País (PORTAL BRASIL, 2015). Varre-Sai, no Noroeste Fluminense, se destaca como a maior produtora de café do estado do Rio de Janeiro com uma produção de 7.140 toneladas em 2015 (RIO DE JANEIRO, 2015).

A cafeicultura é a principal atividade agrícola do município de Varre-Sai com cerca de 5.000ha de café, produção de dezenas de milhares de sacas beneficiadas. A atividade está composta em sua maioria por agricultores familiares com pequenas propriedades ou minifúndios que trabalham como parceiros/meeiros (RIO DE JANEIRO, 2015), diferentemente do município de Itaperuna, maior cidade do Noroeste Fluminense, onde há grandes extensões de pasto para o gado.

Não há na Região os chamados boias-frias, muito comum nas colheitas da cana de açúcar em cidades como Campos dos Goytacazes e alguns municípios de São Paulo. A mão de obra é 100% local. Segundo Terra (2010), aproximadamente 47% dos habitantes de Varre-Sai residem na área rural do município. Na Tabela 1, é possível contemplar com mais clareza, os dados da agricultura familiar no Noroeste Fluminense e conseqüentemente na cidade de Varre-Sai.

| Município | Nº de estabelecimentos da agricultura familiar | Pessoal ocupado na agricultura familiar |
|-------------------------|---|--|
| Aperibé | 209 | 406 |
| Bom Jesus do Itabapoana | 599 | 1.226 |
| Cambuci | 923 | 1.706 |
| Italva | 281 | 498 |
| Itaocara | 1.281 | 2.461 |
| Itaperuna | 807 | 1.832 |
| Laje do Muriaé | 273 | 393 |
| Miracema | 230 | 470 |
| Natividade | 314 | 516 |
| Porciúncula | 1.154 | 2.375 |
| Santo Antônio de Pádua | 832 | 1.382 |
| São José de Ubá | 345 | 823 |
| Varre-Sai | 504 | 1.190 |
| Total | 7.752 | 15.278 |

Tabela 1: Dados da agricultura familiar no Noroeste Fluminense

Fonte: Perfil Territorial Noroeste-RJ. (BRASIL, 2015)

4 Condições Econômicas e Sociais do Noroeste Fluminense e de Varre-Sai

4.1 Indicadores socioeconômicos

De acordo com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do estado do Rio de Janeiro (SEBRAE/RJ, 2015), o Noroeste Fluminense constitui-se por 13 municípios que, juntos, somam 2% da população. Em comparação com as outras Regiões do estado, esta é a que tem a menor densidade demográfica. Observa-se, na Tabela 2, que Varre-Sai representa 2,98% da população do Noroeste e é a 8ª maior densidade demográfica da região.

| População | Área (km²) | Densidade demográfica |
|------------------|------------------------------|------------------------------|
|------------------|------------------------------|------------------------------|

| | (hab/km ²) | | |
|-------------------------|------------------------|--------|-----|
| Estado do RJ | 15.989.929 | 43.780 | 365 |
| Noroeste | 317.493 | 5.373 | 59 |
| Aperibé | 10.213 | 95 | 108 |
| Bom Jesus do Itabapoana | 35.411 | 599 | 59 |
| Cambuci | 14.827 | 562 | 26 |
| Italva | 14.063 | 294 | 48 |
| Itaocara | 22.899 | 431 | 53 |
| Itaperuna | 95.841 | 1.105 | 87 |
| Laje do Muriaé | 7.487 | 250 | 30 |
| Miracema | 26.843 | 305 | 88 |
| Natividade | 15.082 | 387 | 39 |
| Porciúncula | 17.760 | 302 | 59 |
| Santo Antônio de Pádua | 40.589 | 603 | 67 |
| São José de Ubá | 7.003 | 250 | 28 |
| Varre-Sai | 9.475 | 190 | 50 |

Tabela 2: População residente, área total e densidade demográfica: estado do Rio de Janeiro, Noroeste Fluminense e municípios, 2010

Fonte: Painel regional: Noroeste Fluminense / Observatório SEBRAE/RJ. Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ, (2015)

Em relação à distribuição da população de acordo com a faixa etária, a Região Noroeste Fluminense possui o maior número de idosos em comparação ao do estado. Entretanto, o município de Varre-Sai é o que tem a população mais jovem, sendo 26% (0 e 14 anos), 18% (20 e 29 anos), e somente 10% com 60 anos ou mais (SEBRAE/RJ, 2015). O que por sua vez contribui para o crescimento da economia agrícola, que necessita de mão de obra jovem devido ao alto grau de força física exigida no manejo.

4.1.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM

O índice de Desenvolvimento Humano municipal é utilizado para analisar e comparar os municípios brasileiros. Para isso, utiliza-se de três indicadores: educação, renda e longevidade. Sua variação está entre 0 e 1, em que o mais próximo de 1 é o maior desenvolvimento humano do município. Existem cinco faixas de desenvolvimento: muito baixo (igual ou inferior a 0,499); baixo (entre 0,500 e 0,599); médio (entre 0,600 e 0,699); alto (0,700 a 0,799); e muito alto (igual ou superior a 0,800) (SEBRAE/RJ, 2015).

Segundo o Sebrae/RJ (2015), nos anos de 2000 e 2010, as cidades do Noroeste obtiveram um IDHM menor do estado, embora tenha havido um aumento deste índice.

Observa-se que, no ano 2000, Varre-Sai possuía o IDHM mais baixo entre os municípios (0,522), no entanto aumentou de faixa em 2010 (0,659), passando de baixo para médio. (Ver figura 1)

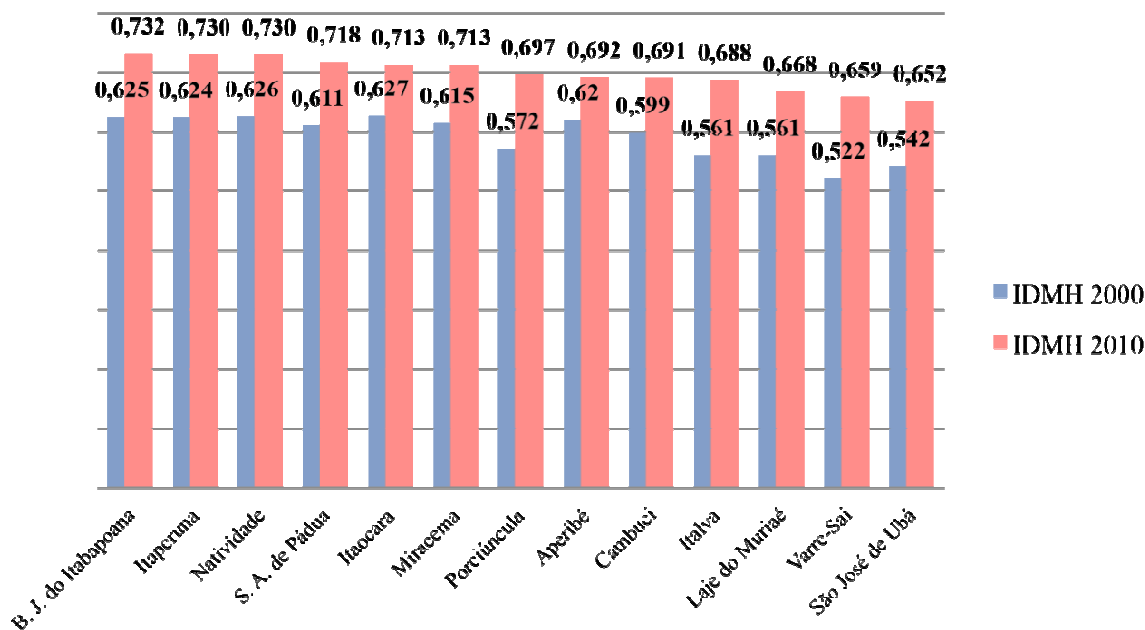


Figura 1: Índice de desenvolvimento humano municipal: estado do Rio de Janeiro, Noroeste Fluminense e municípios, 2000 e 2010

Fonte: Painel regional: Noroeste Fluminense / Observatório Sebrae/RJ. Rio de Janeiro: Sebrae/RJ. (2015)

Ao analisar as mudanças no ranking estadual do IDHM, entre 2000 e 2010, observa-se que o coeficiente de medida Gini mais baixo é o de Varre-Sai, que também possui a renda per capita domiciliar mais baixa. (Vide Tabela 3)

| | Ranking IDHM 2000 | Ranking IDHM 2010 | PIB Per Capita (R\$) 2011 | Ranking PIB Per Capita | % de pobres | Ranking estadual % pobres | Coefficiente GINE | Ranking estadual GINI | Renda domiciliar Per Capita (em R\$ por mês julho de 2010) | Ranking renda domiciliar Per Capita |
|----------|-------------------|-------------------|---------------------------|------------------------|-------------|---------------------------|-------------------|-----------------------|--|-------------------------------------|
| NOROESTE | | | 13.612 | | 32,3 | | 0,513 | | 616 | |
| Aperibé | 30 | 64 | 9.812 | 90 | 32,5 | 48 | 0,457 | 9 | 495 | 79 |

| | | | | | | | | | | |
|-------------------------|----|----|--------|----|------|----|-------|----|-----|----|
| Bom Jesus do Itabapoana | 26 | 22 | 12.568 | 58 | 35,3 | 70 | 0,565 | 83 | 702 | 24 |
| Cambuci | 51 | 65 | 13.084 | 53 | 36,9 | 74 | 0,473 | 20 | 498 | 78 |
| Italva | 73 | 68 | 11.160 | 75 | 29,5 | 34 | 0,483 | 28 | 589 | 53 |
| Itaocara | 19 | 41 | 12.287 | 60 | 32,8 | 51 | 0,496 | 42 | 593 | 50 |
| Itaperuna | 28 | 23 | 16.282 | 37 | 26,2 | 23 | 0,496 | 41 | 663 | 31 |
| Laje do Muriaé | 73 | 78 | 12.134 | 62 | 43,9 | 88 | 0,472 | 18 | 445 | 85 |
| Miracema | 37 | 41 | 10.855 | 80 | 33,0 | 53 | 0,509 | 50 | 603 | 46 |
| Natividade | 23 | 23 | 11.274 | 74 | 33,1 | 57 | 0,526 | 65 | 646 | 35 |
| Porciúncula | 69 | 60 | 11.973 | 64 | 40,1 | 81 | 0,572 | 87 | 608 | 43 |
| Santo Antônio de Pádua | 44 | 35 | 14.354 | 47 | 31,1 | 41 | 0,523 | 63 | 645 | 36 |
| São José de Ubá | 85 | 88 | 13.874 | 48 | 48,8 | 91 | 0,471 | 16 | 390 | 90 |
| Varre-Sai | 88 | 83 | 12.411 | 59 | 43,9 | 87 | 0,442 | 5 | 416 | 89 |

Tabela 3: Ranking do IDHM em 2000 e 2010, PIB per capita, percentagem de pobres, coeficiente de Gini e renda domiciliar per capita: estado do Rio de Janeiro, Noroeste Fluminense e municípios, 2010

Fonte: Painel regional: Noroeste Fluminense / Observatório Sebrae/RJ. Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ, (2015)

4.2 Atividade econômica, formalização e gestão fiscal

A Figura 2 a seguir expõe a participação dos maiores setores econômicos no Valor Adicionado Bruto (VAB): serviços e comércio, indústria, agropecuária e administração pública. Esta última compreende administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

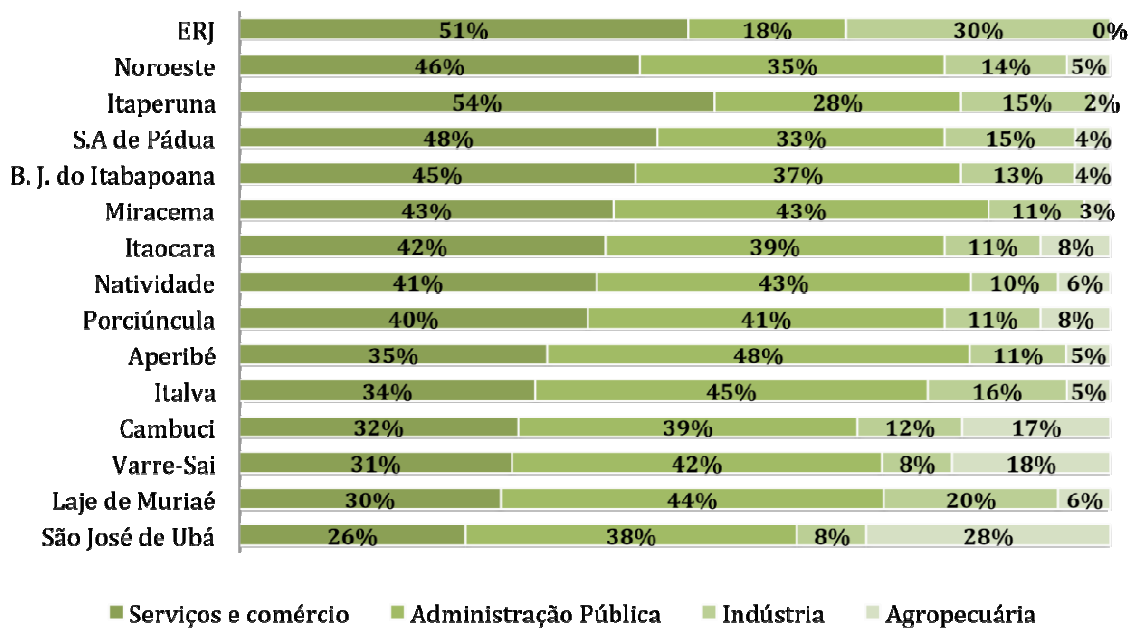


Figura 2: Distribuição do valor adicionado bruto por setores da atividade econômica, a preços correntes: estado do Rio de Janeiro, Noroeste Fluminense e municípios, 2010
 Fonte: Painel regional: Noroeste Fluminense / Observatório Sebrae/RJ. Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ, (2015)

Constata-se que o setor de serviços e comércio juntamente com a administração pública detêm a maior participação na economia da Região (46% e 35%), enquanto que a indústria e a agropecuária, elementos que, de fato, geram riqueza, representam apenas 19%.

Os municípios do Noroeste que mais geram riqueza são: Laje do Muriaé, que tem a maior participação da indústria (20%), e, na agropecuária, São José de Ubá (28%), Varre-Sai (18%) e Cambuci (17%).

Com relação ao PIB, os que obtiveram maior crescimento foram: São José de Ubá (23,5%), Varre-Sai (15,8%) e Cambuci (12,1%). Contudo, é possível alavancar ainda mais, tendo em vista o potencial produtivo desses municípios.

| | 2010 | 2011 | Taxa de crescimento (%) |
|-------------------------|-----------|-----------|-------------------------|
| NOROESTE | 4.147.621 | 4.321.729 | 4,2 |
| Aperibé | 99.177 | 101.871 | 2,7 |
| Bom Jesus do Itabapoana | 438.822 | 446.730 | 1,8 |
| Cambuci | 173.182 | 194.164 | 12,1 |
| Italva | 144.709 | 158.182 | 9,3 |
| Itaocara | 279.372 | 281.276 | 0,7 |
| Itaperuna | 1.517.947 | 1.571.878 | 3,6 |
| Laje do Muriaé | 83.293 | 90.457 | 8,6 |
| Miracema | 279.202 | 291.202 | 4,3 |
| Natividade | 166.674 | 170.003 | 2,0 |
| Porciúncula | 203.250 | 214.297 | 5,4 |
| Santo Antônio de Pádua | 579.870 | 584.727 | 0,8 |
| São José de Ubá | 79.195 | 97.796 | 23,5 |
| Varre-Sai | 102.930 | 119.147 | 15,8 |

Tabela 4: Produto interno bruto (R\$ 1.000) (valores a preços constantes de 2011, corrigidos pelo deflator do PIB) e taxa de crescimento: estado do Rio de Janeiro, Noroeste Fluminense e municípios

Fonte: Painel regional: Noroeste Fluminense / Observatório Sebrae/RJ. Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ, (2015)

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) estabeleceu informações fiscais dos municípios e realizou uma sequência de indicadores de gestão municipal (SEBRAE, 2015).

A receita total é estabelecida pelas receitas de capital e pelas receitas correntes, da mesma maneira que a despesa total. O indicador de autonomia financeira, segundo a formulação do TCE, é o fruto da divisão por meio da receita tributária própria e despesas de custeio; ele mede a colaboração da receita tributária própria do município em atender às despesas com o custeio dos serviços da máquina administrativa (SEBRAE, 2015).

Itaperuna possui as maiores receitas total e despesa total da Região, sendo o único município do Noroeste a ocupar uma das primeiras 50 posições no estado. Varre-Sai se destaca entre os cinco municípios da Região, com as dez menores receitas e despesas totais (SEBRAE, 2015).

No tocante à autonomia financeira, o município com a melhor participação da receita tributária própria nas despesas de custeio é Itaperuna (10,4%). Em contrapartida, os quatro municípios com a pior participação na Região são: São José de Ubá (2,0%), Cambuci (1,5%), Varre-Sai (1,0%) e Laje do Muriaé (0,9%). (SEBRAE/RJ, 2015)

A Cidade de Itaperuna é a cidade que recebe o maior repasse do Noroeste, posicionando-se na 41ª posição no ranking estadual, enquanto Varre-Sai é o município com o menor repasse, como pode-se observar no gráfico adiante. Mesmo com o baixo volume de royalties arrecadado, os royalties per capita atingem posições melhores no ranking em consequência das pequenas populações de alguns municípios. Desse modo, Varre-Sai possui R\$ 524,2 royalties per capita, posicionando-se em 26º lugar no estado (SEBRAE, 2015).

Embora Itaperuna possua a maior arrecadação do Noroeste, os royalties per capita desse município são mais baixos (R\$ 105,00); da mesma maneira, a proporção de royalties na receita é a menor da região cerca de 5%.

5 A contribuição da Agricultura do café na região

5.1 Ocupação e formação do ciclo cafeeiro

O objetivo desta seção consiste em apresentar a dinâmica local de evolução e transformação do ciclo cafeeiro na Região Noroeste do estado do Rio de Janeiro. Avaliar este processo histórico ajuda a entender a importância do café para o desenvolvimento do Noroeste Fluminense.

Varre-Sai e acultura do café:

(...) A história “oficial” da região revela que até o início do século XIX a área conhecida hoje, como noroeste fluminense, constituía uma vasta extensão de terras pertencente, administrativamente à Capitania de Paraíba do Sul e tinha como município polarizador Campos dos Goytacazes. Posteriormente, com a evolução do seu entorno, a área pertencente a Campos, foi desmembrada em 1889, surgindo, assim, o município de Itaperuna, composto por onze distritos, dentre eles Santa Clara e Varre-Sai. (BARTHOLAZZI, 2009, p. 116).

A economia cafeeira de Varre-Sai começou a desenvolver-se ganhando um lugar de destaque quando os caminhos traçados pelos tropeiros e suas tropas foram utilizados para melhorar a ligação entre o comércio de Minas Gerais e Rio de Janeiro (BARTHOLAZZI, 2009, p. 118).

Contudo, houve uma grande invasão de mineiros às terras de Varre-Sai. O invasor encontrava o sítio que mais lhe parecia adequado para construir sua moradia e preparava a terra. Este encadeamento proporcionou a origem de um núcleo fortemente agrário, constituído por pequenos agricultores surgindo assim a cultura do café na região (BARTHOLAZZI, 2009, p. 119).

O cultivo do café, nesse período, caracterizou-se por vias primitivas. Os caipiras, como eram chamados os trabalhadores, foram julgados incapazes de atender às necessidades dos proprietários de terra. Por essa razão, os cafeicultores pleitearam a vinda de imigrantes italianos para a Região. (BARTHOLAZZI, 2009, p. 119 a 123).

O processo de colonização e ocupação da Região pelos colonos italianos teve início no ano 1897. A inserção desses imigrantes no município de Itaperuna, onde, na época, Varre-Sai estava vinculada, se deu devido à expansão da lavoura cafeeira (BARTHOLAZZI, 2009, p.124 e 146).

Assim, pode-se constatar que a cidade de Varre-Sai teve sua expansão mediante a cafeicultura, que contribuiu, e ainda contribui, fortemente para o desenvolvimento da região.

5.2 A cafeicultura e sua importância nos dias atuais do município de Varre-Sai

A principal atividade desenvolvida pelo município de Varre-Sai é a cafeicultura; ela é a responsável por movimentar a economia interna do município. Por essa razão, Varre-Sai destaca-se como o maior produtor de café do estado do Rio de Janeiro (DUTRA, 2016).

Segundo Dutra (2016), em âmbito nacional, o estado do Rio de Janeiro não é um grande produtor de café. Esta posição fica com os estados de Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo, mas devido à contribuição de Varre-Sai na produção deste fruto, o estado do Rio de Janeiro tem sua participação ainda que pequena, na cafeicultura.

Dutra (2016) afirma que, enquanto os municípios vizinhos como Itaperuna, Natividade e cidades do estado do Espírito Santo estão passando por dificuldade devido à crise financeira que assola o País, Varre-Sai tem uma certa independência financeira em decorrência da cafeicultura. Há movimentos de recursos dentro do município em função da colheita do café.

É grande a reclamação em todo País por conta do desemprego. Em Varre-Sai, o cenário é outro. Desde maio de 2016, tem havido um aumento significativo de vagas de trabalho nas lavouras de café. A colheita movimenta a economia da cidade (DUTRA, 2016).

O café de um modo geral, tem um alto índice de liquidez, ou seja, se o produtor colocar uma saca de café no porta malas do carro e for na cidade é garantido que ele volta para sua residência sem a saca de café. Isso reflete diretamente na economia da cidade, pois esse mesmo produtor pode ir no mercado e fazer a compra do mês, ou até mesmo mobiliar sua casa, dependendo da quantidade de café que ele dispor para vender (DUTRA, 2016).

Outra vantagem do café, segundo Dutra (2016), é que não é um produto perecível, como é o caso de produtos como o leite e frutas. O produtor pode armazenar o mesmo e esperar o melhor momento para realizar a sua venda. Dependendo da maneira como for armazenado, pode ser comercializado até dois ou três anos depois.

Dentre outras inúmeras vantagens, o café não necessita de água em grande quantidade, se adapta tanto em terrenos planos quanto íngremes. O café arábica, em especial, se dá muito bem com a geografia e o clima do município de Varre-Sai. Tudo isso só agrega valor para alavancar a economia da Região (DUTRA, 2016).

6 Estudo de Caso

6.1 Barreiras ao Desenvolvimento Endógeno em Varre-Sai

O presente estudo tem como objetivo apontar as barreiras que impendem que de fato ocorra o desenvolvimento endógeno nessa Região. Para tanto, foram realizadas entrevistas com o Secretário Municipal de Fomento Agropecuário de Varre-Sai Vinicius Oliveira Dutra, o presidente da COOPERCANOL José Ferreira Pinto e o produtor local José Ereneo Gomes de Oliveira.

6.1.1 A Cooperativa de Café do Norte Fluminense Ltda. (COOPERCANOL)

No dia 29 de janeiro de 2013, aconteceu em Varre-Sai a cerimônia de assinatura do contrato entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Cooperativa de Café do Norte Fluminense Ltda. (COOPERCANOL) para a liberação de recursos com a propósito de aparelhar a Cooperativa com maquinário moderno de beneficiamento, preparado para a promoção, a seleção e a padronização do café dos associados. O valor dos recursos somou a quantia de R\$ 1.499.310,00 (REVISTA DO CAFÉ, 2013, p. 20)

Desde de sua reestruturação, a COOPERCANOL vem trabalhando arduamente para conseguir atrair os agricultores. Atualmente, ela conta com cerca de 150 associados, mas esse número ainda é muito pequeno tendo em vista a sua capacidade e a grande quantidade de agricultores que usam de outros meios para vender seu café (DUTRA, 2016).

Para conseguir um diferencial na hora de vender o café, o agricultor cadastrado na COOPERCANOL leva seu café para a cooperativa e realiza a venda por meio da mesma. Dessa maneira, ele agrega valor ao seu produto e consegue obter maior poder de negociação com os compradores (DUTRA, 2016).

No entanto, Dutra (2016) diz que há uma certa retração por parte dos produtores que, devido a experiências de insucessos no passado em relação ao cooperativismo no município, fez com que houvesse hoje receio por parte dos agricultores. Oliveira (2016) afirma que o agricultor está desacreditado em relação ao cooperativismo. Foram várias as cooperativas na Região que quebraram dando prejuízo para os associados. Por essa razão, o produtor tem muito receio de investir sua produção na cooperativa.

Em decorrência da descrença dos produtores, a cooperativa ainda não conseguiu se colocar na posição almejada. A mesma vem sendo subutilizada com o aluguel de equipamentos de alta tecnologia para cuidar do café, desde a secagem do grão até a sua separação. Esse maquinário poderia estar sendo utilizado pelos associados sem que os mesmos tivessem que pagar caro por isso (DUTRA, 2016).

A COOPERCANOL está pronta estrutural e economicamente (PINTO, 2016). O presidente da COOPERCANOL acredita que, no segundo semestre de 2016, a cooperativa vai reiniciar suas atividades conforme planejado; com isso, espera-se ter maior participação por parte dos produtores de café.

Pinto (2016) afirma que, como associado, há a cobrança de um valor mensal a ser dividido entre todos os cooperados, de modo que no final não pesaria no bolso do agricultor. Pinto (2016) fez questão de deixar claro que por se tratar de cooperativa não tem fins lucrativos e que as sobras no final no exercício seriam divididas entre os associados, mas é um desafio que precisa ser superado através da conscientização dos agricultores.

O maior gargalo para o pleno funcionamento da cooperativa é o agricultor, que ainda não está convencido. O nosso desafio é convencê-lo de que sozinho, ele terá muito pouco ou nenhum poder de negociação com os compradores, mas se eles se unirem através da cooperativa conseguirão se impor e negociar o melhor preço do seu produto (PINTO, 2016).

De acordo com Oliveira (2016), a cota exigida para se associar é um pouco alta para a sua realidade. Além do mais, na cooperativa, tudo tem que ser legalizado, todos os tributos são calculados e por esse motivo acaba sendo mais lucrativo vender direto para o atravessador, mesmo ele oferecendo um valor abaixo para o seu produto.

Oliveira (2016) acrescenta que, em sua opinião, a cooperativa está estruturada no que diz respeito ao humano e em máquinas, mas ainda não está preparada financeiramente. Não tem condições de oferecer produtos de melhor qualidade para o produtor como adubo e herbicida por exemplo. Por isso, a cooperativa não consegue atrair os produtores, que atualmente estão no vermelho e não enxergam a cooperativa como a melhor opção para solucionar seus problemas.

Outro fator levantado por Oliveira (2016) que impede o produtor de se associar na cooperativa são as lojas que vendem produtos de melhor qualidade, produtos esses, que não estão disponíveis na cooperativa pelo fato de ela não ter capital de giro para comprá-los. Além do mais, essas lojas dão ao produtor a opção de pagar somente no período da colheita. Pelo fato de estar no vermelho e não ter renda para comprar à vista, mesmo cobrando juros altos, o produtor aceita negociar com essas lojas, pois sabe que irá encontrar os produtos que necessita e pagar com o dinheiro da colheita.

Oliveira (2016) acredita que a COOPERCANOL é um caminho sim, mas o governo precisa incentivar as cooperativas diminuindo a burocracia, aplicando recursos para que a mesma possa ter capital de giro e, dessa forma, poder negociar melhores preços com os fornecedores e, até mesmo, diminuir a alíquota desses produtos. Dessa forma, o produtor se sentiria mais atraído a cooperar-se.

A COOPERCANOL representa no município um forte aliado ao desenvolvimento endógeno, no entanto, a comunidade local precisa reaprender a confiar no cooperativismo como uma oportunidade e não como uma ameaça.

6.1.2 Escoamento do Café

O café é o maior gerador de riqueza no município, porém o seu escoamento é deficiente. A maior parte do que é produzido sai do município sem a emissão de nota fiscal. Calcula-se que mais de 80% saia sem arrecadação de impostos, ou seja, se

uma saca de café for vendida a R\$ 400,00 sem a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é 18% em cada saca, deixa-se de arrecadar R\$ 72,00. Isso significa menos arrecadação para o estado e para o município.

Em 2015, a produção foi de 7.140 toneladas (RIO DE JANEIRO), o que equivale a 119.000 sacas de 60kg cada, em que 80% foram vendidas sem arrecadar ICMS. $95.200 \times 72,00 = R\$ 6.854.400,00$ é o que deixou de ser arrecadado com a saca sendo vendida no valor de R\$400,00 cada.

Há, na verdade, um desdobramento de toda essa informalidade. A irregularidade começa muito antes da comercialização do café. O agricultor, na maioria das vezes, não tem documentação formal da sua atividade e, por sua vez, não tem inscrição estadual e conseqüentemente o talonário para a emissão de nota fiscal. Dutra (2016) relata que a burocracia é a maior vilã.

Os agricultores até pensam em sair da informalidade, mas não é uma tarefa simples. Precisariam dispor de um tempo para reunir todos os documentos necessários, pagar várias taxas no cartório, ir ao contador, entre outros órgãos para conseguir se enquadrar. Outro agravante é que esses agricultores têm pouco ou nenhum estudo e acabam encontrando muitas dificuldades para entender o processo e por sua vez desistindo de tal procedimento.

As alíquotas também são muito altas. O produtor sente-se desestimulado nesse aspecto. Os atravessadores são um fato crítico no cenário. Atualmente, mandam no mercado. Eles ditam o preço da saca, o produtor não sabe o produto que tem em suas mãos e acaba cedendo ao o atravessador.

Se os agricultores optassem pela venda pela COOPERCANOL, o café seria analisado por um técnico e, de acordo com a sua classificação, seria sugerido o preço da saca. Dessa maneira, haveria uma valorização no seu valor de venda, elevando o preço de acordo com sua classificação, gerando, dessa maneira, mais renda para o produtor.

6.1.3 Ameaça de Novos Produtos e o Êxodo Rural

Dutra (2016) relatou que vêm crescendo, no município, as propriedades com plantações de eucalipto, e disse que isso é um exemplo do que não pode acontecer no município; onde antes havia muitas pessoas empregadas nas lavouras de café

hoje há um número muito menor de propriedades. Após o plantio, essas plantas são bem resistentes a pragas e não requerem tanto cuidado como o café e necessitam de menos mão de obra.

Nessas propriedades, os meeiros, que antes trabalhavam nas lavouras de café, tiveram que buscar outros meios para ganhar a vida, meios estes que muitas vezes os levaram para a cidade à procura de trabalho, provocando assim o êxodo rural.

Como a cidade não tem emprego para todos, os jovens precisam sair do município em busca de outras oportunidades, como o embarque nas plataformas *offshore*, principalmente nas empresas de hotelaria que exigem menos escolaridade.

Houve também uma grande quantidade de jovens do sexo masculino que foram atraídos pelas oportunidades de emprego em uma grande companhia de cimento no estado do Rio de Janeiro. Esta companhia prefere buscar os jovens do interior, porque acredita que eles são mais responsáveis, mais empenhados na realização do trabalho e não têm muitos hábitos negativos como os jovens dos grandes centros.

Oliveira (2016) acredita que só há espaço para o surgimento de outras culturas no município se o preço do café não estiver competitivo. Se o café estiver bem de preço, as outras culturas perdem força. Em relação à agropecuária de leite, ele disse que é uma aliada, pois, quando o café não dá conta de arcar com os custos da produção, o leite compensa essa perda.

Dutra (2016) finaliza a entrevista dizendo que se o café perdesse força no município, o impacto social seria tremendo.

6.1.4 Escassez de Mão de Obra e a Tecnologia

O maior desafio no manejo do café é a mão de obra e sua escassez. Ao visitar as lavouras de café, percebe-se que os agricultores, em sua maioria, estão acima dos 50 anos; há pouquíssimos jovens e precisa-se de muito mais. Há um receio que não haja renovação da mão de obra. Embora Varre-Sai tenha a população mais jovem do Noroeste, é preciso mais engajamento dos jovens com a agricultura no município.

Oliveira (2016) reconhece que a mão de obra é cara, mas, atualmente, não vê isso como uma questão a se preocupar caso a saca de café se mantenha com preço

competitivo. Oliveira (2016) confessou que precisa da parceria com os meeiros, ou seja, eles dividem o trabalho e, no final, além do valor pago semanalmente, também recebem um percentual da colheita. Há alguns anos atrás, estava mais difícil encontrar meeiros, pois, para eles, não era lucrativo fazer parceria devido ao baixo valor da saca de café; mas atualmente a situação é outra. A procura por contratos de parceria aumentou.

Em relação à mão de obra jovem, Oliveira (2016) afirma que esta é uma situação muito delicada. Os jovens filhos de agricultor que cresceram no campo ainda se interessam um pouco mais pela cafeicultura, mas aqueles jovens que foram para a cidade se qualificar já estão mais retraídos. Quanto aos jovens da cidade, não há nenhum interesse pelo cultivo do café.

No que diz respeito à renovação da mão de obra, Oliveira (2016) explica que ela não vinha acontecendo porque os mais velhos não têm expectativa fora das lavouras de café; já os mais jovens que têm a oportunidade de adquirir novos conhecimentos acabam se desviando desse caminho e traçando novos horizontes. Mas, segundo Oliveira (2016), os jovens que saíram para trabalhar fora estão voltando para o campo atraídos pela melhora no preço do café e a qualidade de vida proporcionada no campo. Oliveira (2016) conclui que a renovação depende muito da própria cafeicultura. Se o café estiver rentável, o jovem vai permanecer no campo.

A topografia da Região é outra condição que dificulta o trabalho do agricultor. Não há a possibilidade de inserir máquinas muito grandes para colher o café. Esse maquinário está preparado para atender somente a terrenos planos. O agricultor tem que encarar a realidade de subir e descer morro o dia todo, chegando ao fim do dia esgotado.

O mundo modernizou muito e na agricultura não foi diferente. Atualmente, encontram-se no mercado máquinas de todo tipo, de capinar, plantar, adubar e colher. Nas regiões com terreno plano, os produtores brincam de produzir café dirigindo máquinas de valores elevados, enquanto que, em Varre-Sai, fica inviável encontrar maquinário que se adapte.

6.1.5 Inadimplência

Oliveira (2016) explicou que os bancos não têm linhas de crédito compatíveis com a realidade do agricultor e isso impede seu pleno desenvolvimento. Quando o

café está com preço atraente, os bancos procuram os produtores de café para oferecer empréstimos com diversas finalidades, como para compra de tratores, de roçadeiras, colheitadeiras entres outros. O mesmo acontece com o leite. Mas o banco não oferece um preço de garantia, ou seja, a indexação do financiamento a um preço de garantia igual ou próximo do custo de produção, dessa maneira, se a produção do ano seguinte estiver menor, o agricultor ainda conseguirá honrar seus pagamentos junto aos bancos.

Atualmente, há muitos produtores inadimplentes. Devido à oscilação no preço da saca de café, não conseguem pagar seus compromissos. Alguns até precisam vender suas propriedades para conseguir sanar as dívidas (OLIVEIRA, 2016).

7 Considerações Finais

O desenvolvimento regional endógeno depende da harmonia entre as ações de três vetores: o público, o privado e a sociedade civil organizada. Todos esses vetores têm o papel de estimular ou dar condições que permitam o crescimento e o desenvolvimento em prol dos objetivos locais. A sociedade local bem organizada tem o poder de transformar seu *status quo*, provocando o crescimento e desenvolvimento local. Contudo, as ações do setor público, implantando e implementando políticas que estimulem e protejam a produção local fazem -se necessárias.

A partir do exposto no presente trabalho, observa-se claramente a necessidade de políticas municipais e estaduais que garantam a melhoria das condições econômicas e sociais dos municípios da Região Noroeste Fluminense por meio do desenvolvimento endógeno. A Região está no caminho para o desenvolvimento endógeno, mas de maneira lenta e insipiente, pois o crescimento e o desenvolvimento desejados por todos dependem do engajamento e comprometimento dos governantes e da sociedade. O Estado é a peça agenciadora e deve promover incentivos para transformar o crescimento interno econômico e social.

8 Referências

ALCOFORADO, F. **Globalização e desenvolvimento**. São Paulo: Nobel. 2006.

AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, IPEA, n.14, 1996.

Disponível em: <

<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/129/131>>. Acesso em 05 dez. 2016.

BARTHOLAZZI, R. A. **Os italianos no noroeste fluminense**: estratégias familiares e mobilidade social (1897-1950). 2009. 285 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. Disponível em:

<<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1197.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2016.

BRAGA, T. M. Desenvolvimento Local Endógeno entre a competitividade e a cidadania. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, n. 5, 2002. Disponível em:

<<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/63/47>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Presidência da República: Casa Civil, Brasília, DF, 2006. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>.

Acessado em: 18 set. 2016.

_____. Sistemas de Informações Territoriais. **Perfil Territorial Noroeste – RJ**. 2015. Disponível

em: <http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_062_Noroeste%20-%20RJ.pdf>. Acessado em 20 set. 2016.

DAMASCENO, N. P.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S. O Impacto do Pronaf sobre a Sustentabilidade da Agricultura Familiar, Geração de Emprego e Renda no Estado do Ceará. **Revista Economia Social Rural**, v. 49, n. 01, Brasília, jan./mar. 2011. Disponível em: <<http://www.cccrj.com.br/revista/845/inicio.htm>>. Acesso em: 25 set. 2016.

DUTRA, V. O. **Vinicius Oliveira Dutra**: entrevista [ago 2016]. Entrevistador: Aline Terezinha Terra dos Reis Ribeiro. Varre-Sai, 2016.

FAO. **O que é agricultura familiar?** Disponível em: <<http://www.fao.org/family-farming-2014/home/what-isfamily-farming/pt/>>. Acesso em: 07 set. 2016.

OLIVEIRA, J. E. G. O. **José Ereneo Gomes de Oliveira**: entrevista [ago 2016]. Entrevistador: Aline Terezinha Terra dos Reis Ribeiro. Varre-Sai, 2016.

PINTO, J. F. **José Ferreira Pinto**: entrevista [ago 2016]. Entrevistador: Aline Terezinha Terra dos Reis Ribeiro. Varre-Sai, 2016.

PORTAL BRASIL. **Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro**. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>>. Acesso em: 07 set. 2016.

BNDES apoia a reestruturação da COOPERCANOL. **Revista do Café**, ano 92, n. 845, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.cccrj.com.br/revista/845/inicio.htm>>. Acesso em: 27 out. 2016.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária. EMATER-RJ. Relatório de atividades 2015. Varre-Sai, 2015. Disponível em: < <http://www.emater.rj.gov.br/pdf/relatoriodeatividades2015.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2016.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: Froehlich, J.M.; Vivien Diesel. (Org.). **Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Unijuí, 2006. Disponível em: < <http://ifibe.edu.br/arq/2015081315271368961277.pdf>>. Acesso em 02 out. 2016.

SEBRAE/RJ. **Painel regional: Noroeste Fluminense / Observatório Sebrae/RJ**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: < https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/Sebrae_INFREG_2014_Noroeste.pdf>. Acesso em: 15 set. 2016.

SOUZA FILHO, J. R. **Desenvolvimento regional endógeno, capital social e cooperação**. Porto Alegre: UFRGS, 1999. p.1-9.

TERRA, S. Prefeitura de Varre -Sai Habitação Rural. **Natividade Online**, Natividade, 2010. Disponível em: <http://www.natividadeonline.com.br/aregioaemdestaque3182_Prefeitura-de-Varre-Sai-Habitacao-Rural>. Acesso em: 18 set. 2016.